

Número: 3/06

Lisboa: Porto: Coimbra: ; Évora:

DATA: 06.03.20

Assunto: Intervenção do Ministério Público nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), ao abrigo do disposto no artigo, nº 72º, nº 2, da Lei nº 147/99, 1 de Setembro

Para conhecimento de V. Exa. e a fim de ser circulado pelos Senhores Magistrados do Ministério Público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 12.º, n.º 2, alínea b), do Estatuto do Ministério Público, na redacção da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, tenho a honra de junto enviar fotocópia do despacho de 20 do mês em curso, de Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República.

O CHEFE DO GABINETE

(António Leones Dantas)

DESPACHO

1. Nos termos do Despacho veiculado através da Circular n.º 1/2001, de 30 de Janeiro de 2001, foram definidas as linhas mestras orientadoras da acção do Ministério Público junto das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens (CPCJ), tendo em vista o cumprimento das atribuições que lhe são conferidas nos termos do artigo 72.º, n.º 2, da Lei de Protecção.

Uma primeira avaliação desta Circular, realizada em 24 de Fevereiro de 2003, cujas conclusões foram levadas ao conhecimento das entidades com responsabilidade nesta área, evidenciou como globalmente positiva a acção que vinha a ser desenvolvida.

Foi então sugerido aos Senhores Procuradores-Gerais Distritais que, ao nível dos respectivos Distritos, organizassem acções visando o aprofundamento das responsabilidades e da actuação do Ministério Público face a situações de maus tratos, sobretudo daquelas que revistam a forma de abusos sexuais no seio da família, fomentando e desenvolvendo a formação dos magistrados.

2. O conhecimento de um número cada vez mais significativo de crianças que foram vítimas mortais de maus tratos no seio da família, relativamente às quais havia sido instaurado processo nas CPCJ, trouxe acrescidas preocupações aos titulares dos órgãos com responsabilidade nesta área, a todos mobilizando para, num esforço conjunto e articulado, redefinir metodologias e adoptar critérios mínimos de exigência, no que respeita à fiscalização que importa realizar efectiva e eficazmente.

Em reunião promovida pelo Senhor Ministro da Justiça, na qual participou também o Senhor Presidente da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, acordou-se sobre a necessidade de dotar as CPCJ de meios materiais e humanos com formação adequada e de se envidar esforços no sentido de sindicar toda a actividade das CPCJ nos casos de particular gravidade, nomeadamente aqueles que respeitam a crianças vítimas de maus tratos, negligência grave e abusos sexuais, em especial quando ocorridos no seio da família.

Além disso, considerou-se de grande utilidade a participação do Ministério Público em, pelo menos, uma reunião anual da CPCJ funcionando na modalidade alargada, pelos contributos que pode dar, no que respeita à definição e implementação das acções a desenvolver, quer quanto à promoção dos direitos das crianças e jovens, quer quanto à prevenção das situações de perigo.

Para a prossecução destes desígnios, foi realizada uma reunião com os Senhores Procuradores-Gerais Distritais, consensualizando-se a necessidade de criar em cada Distrito um ponto de contacto e de apoio de todos os Magistrados interlocutores das CPCJ, reportado a um Procurador-Geral Adjunto ou Procurador da República, com especial vocação e aptidão para a área de Família e Menores, a quem incumbirá promover e dinamizar as pertinentes acções ao nível do Distrito Judicial e representar superiormente as dificuldades e/ou constrangimentos que condicionam a protecção das crianças e jovens, quando não sejam superáveis localmente.

3. Também o elevado número de crianças institucionalizadas sem que a sua situação se mostre regularizada, evidenciado através de elementos oportunamente recolhidos, é motivo de preocupação, na medida em que revela que a Lei de Protecção não está a ser cumprida no que respeita às comunicações obrigatórias ao Ministério Público, tanto por parte das instituições de acolhimento como das CPCJ (artigos 65.º, n.º 2, e 68.º, alínea e), da referida Lei de Protecção).

Estas omissões têm como consequência a não adopção dos procedimentos tutelares adequados e a indefinição da situação jurídica das crianças e dos jovens institucionalizados, com os prejuízos daí decorrentes no que respeita à promoção e defesa dos seus direitos e à sua protecção.

4. Outro aspecto que merece atenção prende-se com a necessária articulação que deverá existir entre os Magistrados que zelam pela protecção das crianças e jovens e aqueles a quem incumbe a investigação de crimes que estejam na origem das medidas protectoras.

Nestas situações, o Magistrado interlocutor das CPCJ deve interagir com o Magistrado titular do inquérito, tendo em vista a adequação das medidas de protecção, face à situação processual do arguido.

5. Assim, nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 2, alínea b), do Estatuto do Ministério Público, determino que os Senhores Magistrados do Ministério Público se dignem observar, na acção fiscalizadora que exercem por força do disposto no artigo 72.º da Lei de Protecção, critérios mínimos de exigência, como se segue:

- 5.1. A apreciação da legalidade e do mérito das decisões das CPCJ deverá abranger necessariamente os processos no âmbito dos quais sejam apreciadas situações

de crianças e jovens vítimas de maus tratos, negligência grave e abusos sexuais, praticados no seio da família ou fora dele.

- 5.2. Esta fiscalização deverá ter periodicidade mínima mensal e incidir sobre todos os processos das espécies acima referidas, que o magistrado interlocutor deverá solicitar ao Presidente da CPCJ acompanhados de listagem discriminativa que permita documentar o trabalho efectuado em cada Comissão.
- 5.3. A fiscalização compreenderá, além do mais, o controlo também mensal das comunicações obrigatórias ao Ministério Público, da parte das instituições de acolhimento e das CPCJ (artigos 65.º, n.º 2, e 68.º, alínea e), da Lei de Protecção), tendo em vista a adopção das providências tutelares que em cada caso se justifiquem.
- 5.4. Nos casos em que se justifique a instauração de processo crime por parte do Ministério Público, o Magistrado interlocutor da CPCJ deve interagir com o Magistrado titular do inquérito, tendo em vista avaliar a adequação das medidas de protecção, tendo em conta a situação processual do arguido.
- 5.5. Mostrando-se útil a participação do Ministério Público em, pelo menos, uma reunião anual da CPCJ funcionando na modalidade alargada, pelos contributos que poderá dar, no que respeita à definição e implementação das acções a desenvolver, quer quanto à promoção dos direitos das crianças e jovens, quer quanto à prevenção das situações de perigo, recomenda-se que os Magistrados interlocutores aceitem participar nestas reuniões sempre que para tal lhe seja endereçado convite.
- 5.6. Mantém-se em vigor o estabelecido no despacho de 25 de Janeiro de 2001, veiculado através da Circular n.º 1/2001, que deste modo se complementa.

Lisboa, 20 de Março de 2006

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

José Adriano Machado Souto de Moura